



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - CDHM

**REQUERIMENTO N° 138, DE 2015
(Dos Srs. Paulo Pimenta e Padre João)**

Requer a realização de audiência pública para debater ações preventivas e reparadoras de direitos humanos resultantes de impactos sociais e ambientais da mineração, inclusive as decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos minerais no município de Mariana-MG, no dia 5 de novembro.

Requeremos a realização de audiência pública para debater ações preventivas e reparadoras de direitos humanos resultantes de impactos sociais e ambientais da mineração, inclusive as decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos minerais no município de Mariana-MG, no dia 5 de novembro.

Justificativa

O rompimento de duas barragens da empresa Samarco na região de Mariana, em Minas Gerais, inundando de lama o distrito de Bento Rodrigues e contaminando grandes áreas no Vale do Rio Doce, com número ainda incerto de vítimas, alertou a sociedade para os grandes riscos ambientais e pequeno grau de transparência da atividade mineradora no Brasil.

Quantas outras barragens podem estar sob risco de rompimento? Com que margem de segurança tais estruturas foram construídas?

Além de suscitar essas e outras perguntas, o desastre em Minas traz à agenda política e de direitos a questão dos impactos cotidianos da mineração sobre as comunidades atingidas por danos ambientais e sobre os trabalhadores do setor.

A própria CDHM avaliou, em 2014, em audiência pública e diligências locais, a necessidade de reparação às comunidades atingidas pela construção de minerodutos, que conduzem minério de ferro dos locais de extração aos portos marítimos, consumindo enorme volume de água, deixando rios assoreados e inviabilizando a tradicional agricultura familiar.

Casos de trabalho escravo e degradante em empresas terceirizadas de grandes mineradoras são recorrentes. A equipe de auditores fiscais do trabalho do MTE registrou em relatório entregue à CDHM em 2014 ter analisado documentos de 23 terceirizadas e expedido mais de 800 autos de infração. Foram liberadas, na ocasião, 172 vítimas de trabalho escravo, sendo 100 haitianos e 72 originários da região Nordeste, conforme informou o coordenador da equipe de fiscais, Marcelo Campos.



Câmara dos Deputados

Para participar desta audiência pública, deverão ser convidados representantes da(s) empresa(s) responsáveis pelas barragens, de autoridades públicas, ativistas e organização sindical com atuação na área.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2015

Deputado PAULO PIMENTA
PT/RS

Deputado PADRE JOÃO
PT/MG